

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL  
ESPAÇO ATLÂNTICO**

**2014-2020**

**SUMÁRIO DA VERSÃO PROVISÓRIA DO  
PROGRAMA OPERACIONAL  
PARA CONSULTA PÚBLICA**

**Junho 2014**



European Union

European Regional  
Development Fund



ATLANTIC AREA  
Transnational Programme

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 Análise da área do Programa em termos de necessidades.....</b>	<b>4</b>
a) Análise da situação socioeconómica da área do Programa.....	4
b) Análise SWOT.....	7
c) Necessidades e Desafios do Programa.....	10
<b>1.2 Estratégia do Programa.....</b>	<b>16</b>
<b>SECÇÃO 2. DESCRIÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Eixo Prioritário 1 - Promover a inovação e a competitividade.....</b>	<b>19</b>
Objetivo específico 1.1: Reforçar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade .....	19
Objetivo específico 1.2: Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos .....	21
<b>2.2 Eixo Prioritário 2 – Promover a eficiência dos recursos .....</b>	<b>24</b>
Objetivo específico 2.1: Promover as energias renováveis e a eficiência energética .....	24
Objetivo específico 2.2: Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental .....	27
<b>2.3 Eixo Prioritário 3 – Fortalecer sistemas de gestão de riscos .....</b>	<b>29</b>
Objetivo específico 3.1: Fortalecer sistemas de gestão de riscos.....	29
<b>2.4 Eixo Prioritário 4 – Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais.....</b>	<b>31</b>
Objetivo específico 4.1: Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas.....	32
Objetivo específico 4.2: Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico.....	34

## INTRODUÇÃO

O Programa Operacional Espaço Atlântico é o resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho para a preparação do Programa Espaço Atlântico 2014-2020, composto por representantes dos cinco Estados-Membros - França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido - pela Autoridade de Gestão e pelo Secretariado Técnico Conjunto.

Nos últimos meses, os representantes dos Estados-Membros, a Comissão Europeia e as partes interessadas do Programa foram entrevistados no âmbito da abordagem estratégica para a preparação do Programa, tendo também sido realizado um inquérito e efetuadas consultas a peritos sobre uma série de questões. O Grupo de Trabalho reuniu-se nove vezes até ao momento e irá reunir-se durante e após a consulta pública, a fim de finalizar o Programa, incorporando os resultados desta consulta pública. O Programa será posteriormente submetido à Comissão Europeia para aprovação.

O Programa é submetido a um processo de consulta aberta a todas as partes interessadas e potenciais beneficiários, para que o Grupo de Trabalho verifique a pertinência das escolhas realizadas em relação à estratégia definida e aos eixos prioritários e objetivos específicos selecionados para responder aos desafios e necessidades identificados para o Espaço Atlântico. O novo Programa, através das suas atividades de cooperação transnacional vai contribuir para a estratégia Europa 2020, visando o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e para reforçar a coesão económica, social e territorial. O Programa pretende contribuir para esta estratégia e objetivos, adotando prioridades de cooperação (eixos prioritários) e objetivos específicos atingíveis, suscetíveis de gerar resultados mensuráveis de mudança no território do Espaço Atlântico. Atendendo às exigências dos objetivos a atingir, as suas respostas e comentários serão cruciais para que o Grupo de Trabalho confirme a sua pertinência.

A sua contribuição é essencial, tanto como potencial utilizador final do programa, perito numa das áreas de cooperação em questão ou como interveniente com interesse direto ou indireto no processo de cooperação no Espaço Atlântico.

O Grupo de Trabalho agradece a sua contribuição para a consulta pública e, portanto, para a preparação do Programa.

## SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA

### 1.1 Análise da área do Programa em termos de necessidades

#### a) Análise da situação socioeconómica da área do Programa

O Espaço Atlântico abrange a zona ocidental da Europa que faz fronteira com o Oceano Atlântico. Compreende a área ocidental do Reino Unido, a Irlanda e Portugal, bem como a área norte e sul mais ocidental de Espanha e oeste da França. O Programa compreende um total de 37 regiões apresentadas na tabela seguinte:

País	Regiões
<b>França</b>	Haute-Normandie, Basse-Normandie, Pays-de-La-Loire, Bretagne, Poitou-Charentes, Aquitaine
<b>Irlanda</b>	Border, Midland and Western, Southern and Eastern
<b>Portugal</b>	Norte, Algarve, Centro, Lisboa, Alentejo, Açores, Madeira
<b>Espanha</b>	Galícia, Principado de Asturias, Cantabria, Navarra, País Vasco, Andalucía (Huelva, Cádiz and Sevilla), Islas Canarias
<b>Reino Unido</b>	Cumbria, Cheshire, Greater Manchester, Lancashire, Merseyside, Gloucestershire, Wiltshire and North Somerset, Dorset and Somerset, Cornwall and Isles of Scilly, Devon, West Wales and The Valleys, East Wales, South Western Scotland, Highlands and Islands, Northern Ireland

É importante destacar que o Programa 2014-2020 irá cobrir uma área mais ampla em comparação com o Programa anterior devido à inclusão de novas regiões: as Ilhas Canárias (Espanha) e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Portugal).

O processo de integração das novas regiões responde a um pedido dos Estados-Membros em benefício da área do Programa. A participação das três regiões insulares irá contribuir para uma Região Atlântica mais coesa, para aumentar o seu património natural e cultural e reforçar a sua vantagem comparativa relacionada com a sua perspetiva marítima.

O Espaço Atlântico tinha, em 2012, 58,96 milhões de habitantes (28,7 milhões de homens e 30,2 milhões de mulheres), gerando um PIB total de 1.486.301 milhões de euros distribuídos por país e ano, conforme apresentado na tabela a seguir:

#### PIB regional Atlântico (milhões de Euros, a preços correntes de mercado)

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>França</b>	383.605	383.065	375.100	382.003	395.149
<b>Irlanda</b>	189.653	180.250	162.284	158.096	162.599
<b>Portugal</b>	169.250	171.921	168.334	172.662	170.942
<b>Espanha</b>	296.309	306.268	293.319	295.708	297.265
<b>RU</b>	554.988	480.937	424.684	456.358	460.346

Fonte: Eurostat

As principais características comuns ao conjunto desta área são o seu património ambiental e dimensão marítima, bem como um padrão comum de desenvolvimento territorial e urbano com base numa maioria de zonas rurais intermediárias e um número limitado de grandes áreas metropolitanas. A densidade populacional média estimada é de 84 habitantes por km<sup>2</sup> (2011), abaixo da média da UE27 (116,61).

Entre outros pontos de convergência do Espaço Atlântico que atuam como fatores-chave para o seu desenvolvimento conjunto, deve ser citada a tradição de cooperação, as fortes redes existentes entre os atores relevantes e a forte herança e identidade cultural. Neste contexto, o programa de cooperação territorial é um meio importante para um maior desenvolvimento dos territórios transnacionais da região Atlântica.

No entanto, a área do Programa é diferente em muitos aspetos, podendo ser observado com frequência um gradiente sul-norte e litoral-interior, com diferenças significativas em termos de desenvolvimento económico e demográfico.

O quadro abaixo apresenta as principais características identificadas no Espaço Atlântico, no que diz respeito às suas especificidades geográficas e acessibilidade, emprego e questões sociais, desenvolvimento económico-competitividade, e por fim, a situação ambiental, recursos naturais e eficiência energética.

Uma área heterogénea da Europa com disparidades regionais e um fosso significativo Norte-Sul claramente evidenciado em aspetos como a demografia, acessibilidade, ensino superior, abandono escolar precoce, desenvolvimento económico, competitividade (índice ICR) e desempenho regional de inovação (Painel de Avaliação da União da Inovação), áreas NATURA 2000 e capacidade de adaptação às mudanças climáticas

### 1. Geografia e acessibilidade

- A) Uma área heterogénea da Europa com um fosso significativo norte-sul em termos de demografia e acessibilidade
- B) Forte dimensão marítima
- C) Carácter rural e semi-rural (zonas intermédias e rurais na proximidade das cidades)
- D) Grandes áreas do Espaço Atlântico com problemas de acessibilidade: a acessibilidade continua a ser uma condição *sine qua non* para alcançar um desenvolvimento pleno e integrado do Espaço Atlântico

### 2. Emprego e social

- A) Distribuição demográfica desigual, combinando áreas de forte dinamismo com territórios que estão a perder residentes e população (nas áreas rurais)
- B) Taxa de emprego abaixo dos objetivos da Estratégia UE 2020 em todas as regiões do Espaço Atlântico, exigindo assim um esforço extra na agenda do crescimento e do emprego
- C) Taxas do desemprego de longa duração que estão a afetar mais algumas regiões do Espaço Atlântico do que outras
- D) Fosso norte-sul ao nível do ensino com números preocupantes em algumas zonas de Portugal e Espanha

### 3. Desenvolvimento económico e competitividade

- A) Agravamento geral da situação económica pode ser verificado nesta zona (se comparado com o período de programação anterior), o que implica um risco no aumento da divisão norte-sul
- B) Dinamismo económico concentrado principalmente nas áreas urbanas (com algumas exceções)
- C) Em termos gerais e agregados, pode observar-se os valores mais baixos no Índice de Competitividade Regional em relação ao resto da Europa ocidental
- D) Nível das despesas de I&D médio ou abaixo dos valores europeus, com a maioria das regiões atlânticas atingindo 1% a 2%, longe da meta de 3% da UE 2020.

### 4. Ambiente, recursos naturais e eficiência energética

- A) Recursos naturais bem preservados, mas não se observa uma área muito significativa de zonas Natura 2000
- B) Elevada exposição à mudança climática devido à ampla área costeira da região do Atlântico
- C) Poluição decorrente de atividades industriais, do transporte, bem como de padrões de produção e consumo, enquanto fatores que contribuem para aumentar a exposição dos territórios atlânticos aos efeitos das mudanças climáticas
- D) O Espaço Atlântico é o segundo espaço transnacional para a produção de energia eólica na Europa e quase todo o território oferece oportunidades para promover a energia das ondas, embora a sua assimilação seja atualmente bastante desafiadora.

## b) Análise SWOT

Esta secção inclui a análise SWOT do Espaço Atlântico.

A fim de contextualizar a análise SWOT no âmbito da estratégia Europa 2020 e dos objetivos temáticos correspondentes, foram confirmados e priorizados os principais fatores identificados em conjunto com os Estados-Membros e foram consultados uma série de decisores durante o processo de programação.

É importante destacar que o objetivo foi incluir na análise todos os temas relevantes e problemas comuns pertinentes, com vista à contribuição do Programa Espaço Atlântico para uma cooperação transnacional.

No quadro que se segue são apresentados os principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças:

### Análise SWOT do Espaço Atlântico

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Uma das tradições de cooperação mais antigas da Europa</li> <li>✓ Redes consolidadas entre agentes importantes do Espaço Atlântico que trabalham em conjunto há mais de duas décadas</li> <li>✓ Dimensão marítima da economia do Atlântico que cria um “ponto de venda único” do espaço, com uma forte tradição das indústrias marítimas (construção naval, aquicultura, pescas, portos, ...)</li> <li>✓ Forte dinamismo de uma série de áreas urbanas metropolitanas e de polos de crescimento (Lisboa, Porto, Bilbao, Oviedo-Gijon-Aviles, Bilbao, Bordéus, Nantes, Cardiff, Bristol, Liverpool, Manchester, Glasgow, Belfast e Dublin) que podem representar a linha da frente e que são os motores do crescimento e da criação de emprego</li> <li>✓ Ambiente bem conservado nas áreas rurais, qualidade da paisagem natural, rica biodiversidade e qualidade da água e do ar, que pode ser apresentado como um ponto forte deste Espaço. Forte identidade cultural e do património na região atlântica (incluindo a dimensão céltica-Irlanda, Escócia, País de Gales, Cornwall, Bretanha, Astúrias e Galiza)</li> <li>✓ Áreas urbanas atraentes, paisagens naturais bem conservadas e uma identidade cultural forte tornam esta região atraente para os visitantes e turistas</li> <li>✓ Potencial de produção de energia eólica e a partir da força do mar pode ser um aspeto vital para a criação de uma economia competitiva de baixas emissões de carbono no Espaço Atlântico</li> <li>✓ Estruturas de trabalho bem estabelecidas entre as cidades portuárias do Atlântico</li> <li>✓ Existência de uma variedade de polos de investigação e de centros de excelência (incluindo no domínio da investigação marinha e marítima)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Localização parcialmente periférica das regiões do Espaço Atlântico numa UE alargada</li> <li>✓ Região fortemente dividida entre norte e sul tornando-a numa região heterogénea da Europa com disparidades regionais que revelam assim um grande fosso, que se manifesta claramente através de aspetos de ordem demográfica, de acessibilidade, ensino superior, abandono escolar precoce, desenvolvimento económico, competitividade (índice IDR) e desempenho da inovação regional (Painel de Avaliação da União), quota-parte de áreas da rede NATURA 2000 e capacidade para se adaptar às alterações climáticas</li> <li>✓ O território do Atlântico apresenta igualmente grandes diferenças em termos de tendências económicas e demográficas entre as zonas costeiras e do interior.</li> <li>✓ Baixos níveis de competitividade do Espaço Atlântico comparativamente ao resto da Europa ocidental</li> <li>✓ Ligações limitadas entre as zonas costeiras e do interior</li> <li>✓ Níveis relativamente baixos de inovação numa série de setores económicos tradicionais com um elevado potencial de criação de crescimento e de empregos no Espaço Atlântico</li> <li>✓ Níveis de investimento estagnados ou a diminuir em I&amp;D, devido parcialmente à grave crise económica e à crise do crédito</li> <li>✓ Poucos pedidos de obtenção de patentes o que demonstra um nível limitado de inovação e de atividade tecnológica.</li> <li>✓ Atual exposição dos territórios atlânticos aos efeitos das alterações climáticas que poderá aumentar devido à poluição derivada das atividades industriais, ao transporte e aos novos padrões de produção e de consumo.</li> <li>✓ Exploração limitada do potencial relacionado com as energias renováveis offshore</li> <li>✓ Ligação limitada das instalações offshore à rede elétrica europeia</li> <li>✓ Capacidade limitada de adaptação às alterações climáticas devido às barreiras económicas, socioculturais, institucionais e tecnológicas</li> <li>✓ Urbanização desequilibrada nesta região, com uma grande concentração da zona costeira</li> <li>✓ Falta de mão-de-obra com as qualificações adequadas, em especial em determinados setores da indústria marítima</li> </ul>



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Papel potencial do Espaço Atlântico como "Porta de entrada para a Europa ocidental"</li><li>✓ Potencial de transporte marítimo ainda por desenvolver de forma plena</li><li>✓ Importante agenda política europeia sobre a estratégia Crescimento Azul e as iniciativas relacionadas com a bacia marítima</li><li>✓ Diferentes padrões territoriais de inovação em várias zonas do Espaço Atlântico representam uma oportunidade para a realização de sinergias entre regiões com perfis de inovação diferentes, que podem ser reforçados no sentido de explorar as complementaridades</li><li>✓ Potencial de crescimento da economia azul e especialização marítima: turismo costeiro, aquicultura, vela, indústrias navais e náutica, energia renovável <i>offshore</i>, biotecnologias azuis</li><li>✓ Alto potencial de produção de energias renováveis <i>offshore</i>: eólica, ondomotriz e maremotriz, energia térmica dos oceanos, etc., o Espaço Atlântico é o segundo principal espaço transnacional de produção de energia eólica na Europa e quase toda a região tem a oportunidade de enveredar igualmente pela produção de energia das ondas, apesar do arranque deste segmento representar ainda hoje um grande desafio</li><li>✓ Possibilidade de explorar ainda mais o modelo de economia verde aproveitando os recursos naturais existentes no Espaço Atlântico.</li><li>✓ Potencial de aumento das receitas provenientes do setor do turismo</li><li>✓ Potencial papel chave a desempenhar pelas áreas metropolitanas atlânticas e polos de crescimento (incluindo as cidades portuárias) na internacionalização e capacidade de atração da economia atlântica</li><li>✓ Oportunidade de desenvolver uma zona dinâmica através do reforço das redes urbanas e das relações entre terra e mar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Crise económica, restrições orçamentais e crise de crédito</li><li>✓ Risco de aumento do fosso entre norte e sul devido à crise económica e financeira</li><li>✓ Forte concorrência de grandes portos situados fora do Espaço Atlântico</li><li>✓ Riscos potenciais de ordem tecnológica, ambiental, social e jurídica relacionados com o desenvolvimento das tecnologias azuis</li><li>✓ Elevada exposição aos efeitos das alterações climáticas, tais como a erosão costeira, eutrofização do mar e <i>stress</i> hídrico</li><li>✓ Risco de acidentes relacionados com as atividades económicas marítimas (embarcações naufragadas, derrames de petróleo...)</li><li>✓ Níveis crescentes de despovoamento em determinadas zonas dos territórios atlânticos</li></ul>

### c) Necessidades e Desafios do Programa

O Programa Operacional Espaço Atlântico 2014-2020 deverá contribuir para a estratégia da União de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para alcançar a coesão económica, social e territorial.

De acordo com o Regulamento que estabelece disposições específicas relativas ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo de cooperação territorial europeu, **a cooperação transnacional deverá visar o reforço do processo de cooperação, através de ações de promoção do desenvolvimento territorial integrado articuladas com as prioridades da política de coesão da União.**

Além disso, segundo o objetivo da Cooperação Territorial Europeia, o FEDER deverá contribuir para se alcançarem as metas e objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, para os objetivos temáticos relacionados com o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na investigação e inovação, nomeadamente graças à promoção de uma economia mais ecológica e eficiente em termos de recursos e mais competitiva, fomentando o aumento dos níveis de emprego que proporcionem coesão social e territorial e desenvolvendo capacidades administrativas.

Contudo, o Programa não pode abordar todos estes desafios e o Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico **deverá concentra-se numa série limitada de temas no sentido de maximizar os recursos atribuídos ao Programa**, respondendo desta forma à estratégia UE 2020 e aos objetivos temáticos com ela relacionados, fornecendo respostas apropriadas às questões que não podem ser resolvidas a nível regional ou nacional.

Tendo em vista estes factos, as principais necessidades de desenvolvimento e desafios identificados que deverão ser atendidos pelo Programa Operacional Espaço Atlântico 2014-2020 são os seguintes:

Acelerar o crescimento inteligente em setores-chave da economia do Espaço Atlântico, estimulando a cooperação e o desenvolvimento conjunto de modelos e soluções

Necessidade de garantir uma capacidade melhorada dos territórios atlânticos para gerir os riscos existentes

Promoção de energias renováveis no Espaço Atlântico

Melhoria da proteção e gestão do ambiente e dos recursos naturais do Espaço Atlântico

Promoção de uma economia eficiente em termos de recursos: crescimento verde

Explorar e reforçar os ativos naturais e culturais envolvendo as comunidades locais

### **Acelerar o crescimento inteligente em setores chave da economia do Espaço Atlântico estimulando a cooperação e o desenvolvimento conjunto de modelos e soluções**

Neste início do período de programação 2014-2020 o Espaço Atlântico depara-se com vários desafios relacionados com a capacidade de crescimento europeia e Atlântica em termos de economia, de inovação e criação de emprego. O investimento em investigação e desenvolvimento é considerado um motor deste crescimento económico. Assim, investir 3% do PIB em I&D é uma das principais metas da estratégia Europa 2020. Os investimentos empresariais privados são vitais para se alcançar esta meta. Apesar da existência de uma série de centros de excelência, em especial no domínio da investigação marítima e marinha, a área do Programa revela sobretudo valores médios tanto em termos de investimento global em I&D, como investimento em I&D por parte do setor privado. Em especial, os níveis de investimento em I&D no Espaço Atlântico são iguais ou inferiores aos valores médios europeus, algumas das regiões atribuem 1% a 2% do PIB em I&D e nas regiões do sul de Portugal, incluindo os Açores e a Madeira, o noroeste de Espanha e as Ilhas Canárias, França e na região ocidental do Reino Unido, a percentagem cai para menos de 1%. Apenas em algumas zonas do sul do Reino Unido se pode encontrar um investimento em I&D acima dos 3% do PIB.

A este respeito, o Programa Espaço Atlântico deverá apoiar a redução de barreiras à inovação existentes e contribuir para a criação de um contexto empresarial orientado para a inovação, para atrair novos investimentos e atividades nas áreas de I&D&I.

Além disso, será também necessário fomentar a criação de *clusters* e de mecanismos de cooperação entre setores complementares e entre agentes de investigação e económicos num contexto transnacional. A promoção desta cooperação com vista à criação e desenvolvimento de *clusters* mais fortes e para a transferência de conhecimentos e de tecnologia para a indústria irá ter um potencial significativo para o crescimento e irá contribuir para o “livre movimento” de conhecimento no Espaço Atlântico.

Inclusivamente, o apoio à cooperação na exploração de novas ideias e resultados da investigação e a criação de empresas mais orientadas para o conhecimento que permita o acesso ao mercado é também visto como uma das principais prioridades para o Programa. A este respeito, a tradução de investigação fundamental em pesquisa tecnológica e aplicada, linhas-piloto ou validação prévia do produto devem também ser apoiadas.

Finalmente, esta facilitação e estímulo à cooperação no domínio da inovação serão estruturados em torno desses setores em que as regiões atlânticas têm potencial para se tornarem fortes, onde a verdadeira massa crítica pode ser criada e as oportunidades significativas podem ser identificadas, de acordo com as estratégias RIS3 desenvolvidas em todas as regiões atlânticas.

## Promoção de energias renováveis no Espaço Atlântico

O Espaço Atlântico, tal como o resto da Europa, enfrenta desafios importantes relacionados com a pressão que a indústria, a economia e a sociedade colocam no meio ambiente. No caso da fachada atlântica da Europa, esses desafios são de particular relevância devido à sua grande linha costeira, que torna a área altamente vulnerável às consequências das mudanças climáticas.

Neste contexto, o Espaço Atlântico necessita de intensificar os esforços existentes para promover a mudança para uma economia de baixas emissões de carbono, aumentando a produção, a distribuição e a utilização de fontes de energias renováveis. Esta mudança para uma economia de baixas emissões de carbono irá contribuir não só para abordar os desafios ambientais, mas terá também um elevado potencial para acelerar o crescimento económico e a criação de emprego no Espaço Atlântico.

A este respeito, a quota-parte de fontes de energias renováveis na combinação energética dos Estados-Membros (biomassa, madeira, culturas energéticas e *offshore*: vento, mar e marés) deve aumentar e, a este respeito, o Programa Espaço Atlântico deverá servir para apoiar o processo de desenvolvimento do quadro de cooperação institucional, social e tecnológico adequado, de modo a facilitar a mudança acima mencionada.

Esta dimensão tripla significará na prática que o Programa deverá incidir sobre três vertentes diferentes: vertente política, desenvolvendo um trabalho com as instituições e com as autoridades regionais e locais, vertente social, sensibilizando para a questão das energias renováveis e as oportunidades importantes que a sua utilização pode representar para as economias locais (além do benefício óbvio para o ambiente) e vertente tecnológica, trabalho conjunto com a indústria na estruturação do setor.

Além disso, o Espaço Atlântico é um espaço privilegiado no que respeita ao desenvolvimento de energias renováveis marítimas, dispondo de condições ambientais favoráveis e de um elevado potencial que ainda necessita de ser plenamente explorado. A capacidade das energias marinhas renováveis (EMR) planeadas e instaladas mostram que a EMR é "real" na área, as capacidades de desenvolvimento tecnológico existentes em algumas partes do Atlântico são significativas, existem muitos investidores ativos, empresas e autoridades públicas no setor e tem sido feito um progresso significativo com a elaboração de estudos e adoção de EMR, estratégias e metas globais. A prioridade, no entanto, abrange para todas as formas de energias renováveis na área onde existe uma considerável experiência a ser compartilhada e aprofundada através da cooperação.

O Programa dará prioridade ao apoio ao desenvolvimento de energias renováveis, capazes de proporcionar oportunidades de energia relevantes para estes territórios periféricos altamente dependentes de energia, bem como oportunidades económicas para esta área, aproveitando os seus recursos consideráveis em termos de tecido industrial, formação de renome, centros de pesquisa e experiência de colaboração em zonas terrestres, costeiras e marinhas.

### Promoção de uma economia eficiente em termos de recursos: crescimento verde

A ecoinovação é a criação de novos produtos, serviços e sistemas que reduzem o uso de recursos e os impactos ambientais nocivos. Adquiriu recentemente importância como sendo um fator-chave para ajudar os sistemas de negócios e económicos na obtenção de ideias e soluções que abordam as mudanças climáticas e os desafios na utilização dos recursos. A União Europeia e a OCDE têm estado na vanguarda dos esforços para promover a ecoinovação em diferentes níveis nos últimos anos.

A ecoinovação e o crescimento verde podem surgir de várias formas, incluindo produtos novos ou melhorados, tecnologias, serviços, gestão, estruturas organizacionais, disposições institucionais e estilo de vida ou mudanças de comportamento.

A introdução de inovações no domínio ecológico e o crescimento da economia verde no Espaço Atlântico podem abrir um novo mercado de oportunidades com uma consequente criação de empregos e reforço das PME nas regiões proporcionando vantagens competitivas.

Além disso, o crescimento verde pode representar um vasto leque de potenciais benefícios, tanto para a economia ambiental como local no Espaço Atlântico. A ecoinovação deve, portanto, estar no centro do crescimento sustentável e inteligente nas regiões. A Comissão Europeia defende que as autoridades locais e regionais encontram-se numa posição favorável para promover ecoinovações transformadoras e alterações sistémicas. Este facto está relacionado com a capacidade destas entidades na definição de políticas, no controle que exercem em relação às finanças públicas e o papel importante que podem desempenhar na facilitação das relações entre as empresas, a área da investigação e a sociedade civil. Deste modo, ao apoiarem a inovação, através da promoção de projetos que tirem partido das tecnologias ambientais e sejam ecoeficientes ou por via da utilização de ecoinovações sistémicas, as autoridades regionais e locais do Espaço Atlântico podem ajudar a transformar a forma como os agentes locais utilizam os recursos, interagem com os ecossistemas locais e acrescentam valor à economia local.

Tendo em conta a posição favorável das autoridades regionais e locais para facilitar as mudanças transformadoras, apoiando várias ecoinovações e envolvendo diferentes atores no desenvolvimento e na implementação de estratégias de ecoinovação, especialmente no contexto da política regional e da RIS3, existem grandes oportunidades para a cooperação transnacional em muitas áreas, incluindo I&D, estudos, estratégias, especialização inteligente, definição de metas e soluções institucionais. A cooperação pode, portanto, tornar-se um fator importante que contribui para a progressão e uma maior avanço nessas áreas.

### **Necessidade de garantir uma capacidade melhorada dos territórios atlânticos para gerir os riscos existentes**

Os sistemas marinhos naturais complexos e ricos, bem como a presença de zonas húmidas, estuários e lagoas, montanhas e zonas interiores atribuem ao Espaço Atlântico a sua aparência distinta e contribuem para a atratividade das zonas rurais.

No entanto, o Espaço Atlântico está exposto a várias ameaças e pressões, assim como a contrastes importantes entre as áreas despovoadas e as áreas com um desenvolvimento crescente, a pressão nos sistemas costeiros devido ao aumento do turismo e ao desenvolvimento urbano, a erosão costeira, os riscos criados pelas condições naturais, a pressões para a qualidade da água costeira, fluvial e dos estuários resultantes da atividade agrícola, demográfica e industrial, bem como a poluição derivada das atividades industriais, transportes e novos padrões de produção e consumo. Estes factores afetam também as cidades de todas as dimensões e os territórios interiores.

Além disso, a exposição do Espaço Atlântico a estas ameaças é agravada pela sua grande área costeira que torna esta região particularmente sensível aos riscos costeiros ambientais e às condições referidas acima, bem como às atividades do domínio marítimo.

Esta vulnerabilidade é também exacerbada pela mudança climática. De facto, os fenómenos naturais têm aumentado nos territórios Atlânticos (tanto costeiros como interiores), seja em termos de frequência como em extensão, devido à mudança climática. A tempestade Xynthia em Fevereiro de 2010 ilustra a importância destes fenómenos, afetou vários países europeus, incluindo zonas costeiras do Espaço Atlântico, tendo causado graves danos materiais e a morte de várias dezenas de pessoas. Exemplos de incêndios nas florestas de Espanha e Portugal ou as cheias recentes no RU são também exemplos destes fenómenos.

Finalmente, tal como em todo o continente europeu, um gradiente Norte-Sul domina também o Espaço Atlântico, sendo as regiões do norte caracterizadas por uma baixa vulnerabilidade, enquanto a França ocidental e a maioria das regiões do norte de Espanha e Portugal enfrentam uma impacto médio e elevado.

Apesar das regiões da fachada atlântica partilharem características comuns e estarem expostas a riscos potenciais e ameaças semelhantes, ao contrário de outros mares da Europa, podem ser observadas iniciativas de políticas regionais limitadas e cooperação na costa atlântica para lidar com esses desafios importantes.

Assim, a similitude das situações, a importância dos efeitos potenciais, em particular em zonas costeiras densamente povoadas, justifica o desenvolvimento de iniciativas transnacionais comuns neste âmbito em matéria de conhecimento e identificação do risco, bem como a definição, divulgação e adoção de metodologias conjuntas de gestão e prevenção direcionada às zonas Atlânticas (designadamente no que respeita ao afundamento e à evolução das zonas litorais e interiores, ou ainda a qualidade das águas costeiras e o seu impacto para as atividades económicas).

A este respeito, uma proteção holística dos territórios atlânticos, incluindo zonas costeiras e interiores, o apoio para a adaptação às alterações climáticas e um apoio a uma resposta mais bem coordenada aos riscos potenciais, são considerados temas de relevo que poderiam beneficiar de uma abordagem transnacional.

### Melhoria da proteção e gestão do ambiente e dos recursos naturais do Espaço Atlântico

O Espaço Atlântico encerra ecossistemas naturais de especial importância, tanto do ponto de vista da sua dimensão geográfica, como da sua rica biodiversidade. As áreas marinhas e costeiras são de particular importância e abrangem uma enorme densidade e diversidade de atividades humanas marítimas, que dependem de forma crítica da qualidade dos recursos naturais e com um impacto possível sobre as mesmas.

A biodiversidade e o estado ecológico relativamente bom dos sistemas ambientais do Atlântico são ativos que oferecem oportunidades específicas, particularmente os ecossistemas marinhos e costeiros, em termos de atratividade do território, qualidade de vida e valorização económica. O desenvolvimento dos setores emergentes baseados nos ecossistemas costeiros, como as biotecnologias, biomateriais, cultivo de algas marinhas, etc. revela a importância que o património natural pode desempenhar.

No entanto, o património natural enfrenta riscos e ameaças importantes, particularmente relacionados com o desenvolvimento das atividades humanas em terra, nas costas e no mar, como a poluição de águas interiores e costeiras, a redução de áreas húmidas ou a pressão importante nos recursos marinhos. Além disso, a percentagem de zonas Natura 2000 no Espaço Atlântico é insuficiente para compensar as tensões ecológicas que se verificam.

A riqueza, as potencialidades, o carácter e as fragilidades destes recursos naturais justificam uma abordagem dedicada à gestão do ambiente dos recursos naturais da região, a fim de contribuir para assegurar o equilíbrio entre as atividades de desenvolvimento económico e proteção ambiental, garantindo assim um desenvolvimento sustentável a longo prazo

O Programa Espaço Atlântico irá contribuir para a conceção e implementação de métodos para promover a preservação de forma concertada, e para que as medidas tomadas em certas regiões não sejam incompatíveis com outras medidas decididas noutra local relativamente a ecossistemas comuns ou naturais articulados; este facto é relevante para a gestão de determinados *habitats* ou espécies, por exemplo.

Finalmente, a implementação desta abordagem de gestão de preservação comum será focalizada principalmente nas áreas e ecossistemas que enfrentam maiores riscos e ameaças, bem como nas potencialidades importantes do ponto de vista económico e ambiental. Será dada especial atenção aos ecossistemas costeiros e marítimos, de acordo com o Plano de Ação Atlântico.

## Explorar e reforçar os ativos naturais e culturais envolvendo as comunidades locais

O património natural e cultural comum e partilhado atribuí ao Espaço Atlântico o seu carácter único e inconfundível, sendo um recurso-chave para alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na região. A degradação dos ambientes marinhos e a perda de biodiversidade, devido ao aumento das intervenções humanas, às alterações climáticas e aos riscos naturais e antrópicos, são alguns dos problemas mais prementes enfrentados pelas autoridades, desde as Terras Altas da Escócia, à baía de Cádiz no sul de Espanha. A preservação e melhoria da identidade cultural europeia e atlântica necessitam também de ser colocadas no centro da agenda política, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado.

A exploração dos recursos naturais e culturais e a promoção da identidade atlântica representam a resposta adequada a estes desafios, especialmente com a estreita participação das comunidades locais. São exigidas ações concertadas e um reforço de conhecimentos e competências a nível transnacional, a fim de proteger e explorar a identidade cultural e natural da região.

A cooperação transnacional neste campo ajudará a alcançar um impacto direto local e contribuir, não só para o reforço da atratividade da área (aumentando a capacidade do Espaço Atlântico para atrair mais visitantes e turistas), mas também para transferir dinamismo económico às comunidades locais.

### 1.2 Estratégia do Programa

O Regulamento de Cooperação Territorial Europeia estabelece que a Cooperação Transnacional tem por objetivo o reforço da cooperação através de ações conducentes ao desenvolvimento territorial integrado relacionado com as prioridades da política de coesão da União, devendo ainda incluir uma abordagem da cooperação marítima transfronteiriça que não se encontra abrangida pelos programas de cooperação transfronteiriços. O Regulamento estipula ainda que o Programa deve concentrar-se num número limitado de objetivos temáticos, correspondentes às necessidades da área do Programa em que este poderá dar a sua contribuição mais relevante.

Em definitivo, a estratégia refere ainda que, sempre que os Estados-Membros e as regiões participarem nas estratégias macrorregionais e da bacia marítima (tal como é o caso do Programa Espaço Atlântico), o programa de cooperação em questão deve descrever a forma como as intervenções podem contribuir para essas estratégias.

Por tudo isto, e com base nas principais necessidades identificadas, desafios e prioridades de financiamento, a estratégia do Programa é estruturada em torno de quatro Eixos Prioritários relacionados com os quatro objetivos temáticos estabelecidos no bloco temático elaborado no artigo 9º do RPC:



- ✓ Eixo Prioritário 1: Promover a inovação e a competitividade (Objetivo Temático 1)
- ✓ Eixo prioritário 2: Promover a eficiência dos recursos (Objetivo Temático 4 e Objetivo Temático 6)
- ✓ Eixo Prioritário 3: Fortalecer sistemas de gestão de riscos (Objetivo Temático 5)
- ✓ Eixo Prioritário 4: Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais (Objetivo Temático 6)

No sentido de concentrar a execução do programa nos Objetivos Temáticos selecionados, foram escolhidas seis prioridades de investimento entre as opções disponíveis, tal como estipulado pelos princípios do Artigo 5º do Regulamento do FEDER.

A partir desta seleção de prioridades de investimento, foram definidos sete objetivos específicos para o Programa, que “traduzem” a globalidade dos objetivos da UE para o contexto do Espaço Atlântico, tendo em consideração as circunstâncias específicas e as necessidades de desenvolvimento do âmbito do programa.

Os dados a seguir ilustram a estratégia do Programa para o Espaço Atlântico no período de programação 2014-2020:



## SECÇÃO 2. DESCRIÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

### 2.1 Eixo Prioritário 1 - Promover a inovação e a competitividade

O Eixo Prioritário 1 visa responder ao desafio do crescimento inteligente da região do Atlântico através da promoção de intervenções cuja finalidade é estimular a inovação em setores comuns identificados nas estratégias regionais RIS3 nas quais o Espaço Atlântico demonstra ter vantagens competitivas comparativas. A Prioridade será implementada através de dois objetivos específicos. Um desses objetivos é o de reforçar a capacidade de inovação graças à promoção da cooperação entre os agentes relacionados com a inovação, e o segundo tem como finalidade favorecer a transferência de resultados de inovação, visando o acesso ao mercado de novos produtos, serviços e processos e a aceleração dos processos de inovação no setor público e no terceiro setor.

#### Objetivo específico 1.1: Reforçar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade

##### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 1.1
Objetivo específico	Reforçar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade
Resultados esperados	<p>A principal <b>mudança pretendida</b> é atingir uma melhoria do quadro de cooperação para apoiar as ligações em rede, como <i>clusters</i> e outros meios de associação entre agentes públicos, privados e ligados à investigação, com a finalidade de fomentar a inovação nas principais áreas regionais de especialização inteligente e apoiar o reforço dos instrumentos de capacitação, visando incrementar as competências de inovação e conhecimento nos setores público, social e empresarial.</p> <p>Deverá ser alcançada uma melhoria face à <b>situação de referência</b> caracterizada por padrões de inovação relativamente baixos em setores relevantes do Espaço Atlântico, através de dinâmicas de rede e de atividades de cooperação entre centros de investigação, instituições do ensino superior, empresas, setor social e setor público nos cinco Estados-membros para assim se criarem as circunstâncias favoráveis que poderão ajudar a aumentar a capacidade de inovação.</p> <p>O <b>Programa pode ajudar</b> a alcançar a meta de melhoria das condições gerais potenciadoras dos processos de inovação na comunidade empresarial do Espaço Atlântico, no setor público e entre os atores sociais, através da sua contribuição para a colaboração transnacional entre empresas/setor social/setor público e instituições de investigação e de ensino superior, por via da facilitação da formação de <i>clusters</i> transnacionais, da facilitação da cooperação entre os atores públicos e sociais e da promoção da criação de redes empresariais transnacionais. Estas relações de cooperação transnacional irão igualmente contribuir para melhorar o acesso a meios tecnológicos de ponta, em vários setores, por parte de investigadores e empresas e oferecer serviços baseados na tecnologia e no conhecimento acessíveis aos setores privado, social e público.</p> <p>Como <b>resultado da cooperação transnacional</b>, o programa Espaço Atlântico 2014-2020 tem como finalidade contribuir para melhorar o quadro de cooperação entre</p>

empresas/ organizações sociais/ instituições públicas e entidades relacionadas com a I&D no Espaço Atlântico numa série de setores com elevado potencial, nos quais podem ser facilmente identificadas oportunidades de desenvolvimento. A cooperação irá assim contribuir para intensificar os processos de inovação privada, pública e social.

#### **b) Descrição de tipos e exemplos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes**

O Programa tem como objetivo apoiar ações que reúnam os parceiros mais relevantes no sentido de aumentar a capacidade de inovação e de cooperação nas regiões do Espaço Atlântico. Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Estabelecimento e reforço das redes de inovação transnacionais, redes de PME e clusters, apoiando ainda a sua internacionalização
- ✓ Desenvolvimento de quadros de cooperação que contribuam para apoiar a organização e reforço das relações entre centros de recursos científicos, incubadoras de empresas, clusters, redes de empresas, infraestruturas de investigação e inovação e polos de excelência regionais
- ✓ Estimular a cooperação baseada nos modelos de hélice tripla e hélice quadrupla
- ✓ Melhorar a cooperação intersetorial e as relações internas entre cadeias de produção para o lançamento de iniciativas de inovação
- ✓ Desenvolvimento de cadeias de inovação regionais
- ✓ Desenvolvimento de ações piloto de intercâmbio de conhecimentos e ferramentas de colaboração: e.g. plataformas de inovação social, clusters de inovação social, observatórios, plataformas WEB
- ✓ Desenvolvimento de empresas sociais e de incubadoras sociais em redes de colaboração transnacionais
- ✓ Desenvolvimento de parcerias público-privadas para trabalhar em áreas de especialização inteligente, através da criação de redes transnacionais e plataformas de coordenação das políticas de inovação, designadamente a coordenação de estratégias regionais RIS3, iniciativas de governança da inovação, redes de competências, estruturas de concentração de recursos ou cadeias integradas de produção de inovação
- ✓ Aumento das competências dos trabalhadores dos setores empresarial, social e público, relativamente a novas tecnologias e produtos, serviços ou processos inovadores
- ✓ Apoio a programas de formação para formadores e desenvolvimento de programas curriculares, adaptação dos sistemas de educação e de formação para o conhecimento e divulgação da inovação e criação de mecanismos de desenvolvimento de capacidades
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas de transferência de tecnologia

- ✓ Desenvolvimento de estratégias e de ferramentas baseadas na inovação para melhorar a criatividade e o espírito empresarial.

### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Universidades
- ✓ Institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Parques tecnológicos e de ciências
- ✓ Serviços de incubadoras de empresas
- ✓ Centros de apoio a empresas e agências
- ✓ Câmaras de comércio
- ✓ Clusters
- ✓ Redes e associações de empresas, PME e empresas sociais
- ✓ Organizações do terceiro setor.

Os grupos alvo irão incluir designadamente os beneficiários diretos, bem como a sociedade civil e o setor privado como um todo, que beneficiarão das melhorias no ecossistema de inovação.

## Objetivo específico 1.2: Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos

### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 1.2
Objetivo específico	<b>Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos</b>
Resultados esperados	<p>A principal <b>mudança pretendida</b> é o reforço do quadro de cooperação visando a ligação em rede das organizações de investigação, indústria e entidades do setor social e público, a fim de melhorar os mecanismos existentes para a transferência de conhecimento. Isto é, contribuindo para melhorar a capacidade de utilização de todos os tipos de inovação (inovação social, inovação de produto, inovação de serviços, inovação no sector público...), facilitando o desenvolvimento conjunto de atividades direcionadas para a criação de novos produtos, processos e serviços.</p> <p>O Programa irá contribuir para fazer face a uma <b>situação de referência</b>, na qual as empresas e as organizações sociais e públicas são confrontadas com dificuldades comuns para transformar os resultados da investigação europeia em produtos e serviços de elevado valor acrescentado e elevado rendimento e em processos mais</p>

ID	Objetivo específico 1.2
	<p>eficientes e competitivos.</p> <p>O <b>Programa irá facilitar</b> o acesso ao mercado dos resultados de inovação graças à contribuição para a criação de <i>spin-offs</i> e para a consolidação dos nichos existentes de excelência relacionados com os setores e domínios de atividade com um elevado potencial, mas também implementar os resultados da inovação social e dos serviços públicos com vista ao desenvolvimento de novas soluções dirigidas às necessidades dos setores social e público. O Programa vai contribuir para permitir que as empresas, instituições de serviço público e organizações do terceiro setor trabalhem em conjunto e cooperem com as instituições de investigação, para facilitar os processos de transferência de conhecimentos e o acesso e utilização de resultados de inovação. Esta atividade significará na prática que, através da cooperação transnacional, será possível melhorar o conhecimento sobre os mercados existentes, as oportunidades de negócio e as necessidades sociais, numa série de áreas chave e nichos de mercado, e intensificar a exploração dos resultados da investigação no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços. Por outras palavras, o Programa irá contribuir para que as empresas, o setor público e o terceiro setor trabalhem mais próximos dos utilizadores finais, no sentido de conhecer as suas necessidades e limitações, conectar-se com os centros de conhecimento e a absorção de todos os tipos de processos estratégicos e de inovação.</p> <p>Como <b>resultado da cooperação transnacional</b> o Espaço Atlântico 2014-2020 procurará contribuir para a redução, em determinadas áreas públicas e sociais e nos segmentos de mercado de elevado potencial, do fosso existente entre o potencial de inovação e os níveis efetivos de inovação atuais do Espaço Atlântico, graças ao apoio ao desenvolvimento de estratégias empresariais/sociais/públicas e de soluções para concretizar estes desafios.</p>

#### b) Descrição de tipos e exemplos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes

O Programa tem por objetivo apoiar ações que melhorem as relações entre instituições de investigação e os agentes industriais no sentido de acelerar o acesso ao mercado de novos produtos, serviços e processos. Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Desenvolvimento de mecanismos comuns para assegurar a exploração de recursos de forma eficiente em termos de custos e a melhor utilização dos resultados da investigação
- ✓ Conceção e demonstração de novos produtos e serviços que respondam às necessidades sociais (inovação social)
- ✓ Conceção e demonstração de novos processos de melhoria da eficiência dos serviços públicos
- ✓ Desenvolvimento de modelos transnacionais de transferência de conhecimento e de resultados de IDT das instituições de investigação para o setor empresarial (em particular PME) visando a criação de novos serviços e produtos
- ✓ Desenvolvimento de meios de informação e conhecimento facilitadores da internacionalização das empresas

- ✓ Desenvolvimento de mecanismos e plataformas de rede facilitadores da criação de consórcios de empresas
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de informação e de intercâmbio de dados sobre o funcionamento dos mercados
- ✓ Desenvolvimento de observatórios de mercado e de análise de desempenho dos mercados em áreas focalizadas
- ✓ Desenvolvimento de ferramentas de inteligência e apoio estratégico a parcerias de inovação transnacionais
- ✓ Desenvolvimento de Serviços de Conhecimento Intensivo (SCI)
- ✓ Desenvolvimento de produtos inovadores através de abordagens de cooperação (envolvimento do utilizador final, *co-design*, inovação aberta ...)
- ✓ Transferência e desenvolvimento de modelos ou soluções que permitam apoiar a I&D no âmbito da inovação orientada para as PME
- ✓ Desenvolvimento de projetos de demonstração para testar a abertura do mercado
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de diferentes formas de financiamento da inovação como mecanismos de capital de risco e outros instrumentos financeiros relevantes.

#### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Universidades
- ✓ Institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Parques tecnológicos e de ciências
- ✓ Serviços de incubadoras de empresas
- ✓ Centros de apoio a empresas e agências
- ✓ Câmaras de comércio
- ✓ Intermediários de tecnologia e instituições de transferência de tecnologia/conhecimentos
- ✓ Laboratórios de ensaios
- ✓ Centros de apoio às empresas e agências
- ✓ Câmaras do comércio
- ✓ Clusters
- ✓ Redes e associações de empresas, PME e empresas sociais
- ✓ Investidores privados e públicos

- ✓ Organizações do terceiro setor
- ✓ Organizações de consumidores e de utilizadores finais

Os grupos alvo incluirão os beneficiários diretos, bem como a sociedade civil e o setor privado como um todo, que beneficiará das melhorias do ecossistema de inovação.

## 2.2 Eixo Prioritário 2 – Promover a eficiência dos recursos

O Eixo Prioritário 2 irá contribuir para promover a eficiência dos recursos no Espaço Atlântico através de dois objetivos específicos distintos orientados para a promoção das energias renováveis e da eficiência energética e para o apoio às iniciativas de cooperação transnacionais orientadas para a introdução daecoinovação e o crescimento da economia verde.

### Objetivo específico 2.1: Promover as energias renováveis e a eficiência energética

#### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 2.1
<b>Objetivo específico</b>	<b>Promover as energias renováveis e a eficiência energética</b>
<b>Resultados esperados</b>	<p>A <b>principal mudança</b> pretendida é a de melhorar o quadro de cooperação tendo em vista contribuir para um contexto institucional e técnico potenciador do desenvolvimento de condições favoráveis ao setor das energias renováveis locais, a um posicionamento mais favorável do Espaço Atlântico no domínio das energias renováveis e a adoção de padrões e políticas de eficiência energética.</p> <p>A <b>situação de referência</b> comum respeita aos desafios importantes com que os territórios são confrontados, devido à pressão que a indústria, a economia e a sociedade colocam no ambiente e atendendo à abundância de recursos naturais similares (mar, rios/estuários, vento, biomassa...), com capacidades de produção de energia atuais já instaladas e/ou que se prevê instalar no domínio do vento e das ondas e às estratégias e políticas de eficiência energética existentes, e com um grande número de potenciais investidores e empresas que já operam neste domínio. A eficiência energética e as energias renováveis são os principais pilares de sustentabilidade no setor da energia. No cenário atual, a maioria das regiões do Atlântico têm ainda muito caminho a percorrer para atingirem uma capacidade significativa de energias renováveis instaladas e serem adotados padrões de eficiência energética adequados.</p> <p>O Programa concentrará os seus esforços em três aspetos diferentes: um vetor orientado para as políticas energéticas, um vetor orientado para a aceitação social, e outro orientado para a componente tecnológica. No que diz respeito ao contexto institucional, o <b>Programa irá contribuir</b> para o desenvolvimento de condições favoráveis ao crescimento do setor das energias renováveis locais, através da promoção de intercâmbios em matéria de políticas locais de desenvolvimento de energias renováveis, englobando a investigação, o mapeamento dos recursos (projetos de mapeamento conjuntos de fontes de energia renováveis, estruturação de centros de excelência), partilha de referências no que respeita a clusters e o</p>



quadro legal definido para o setor, bem como das políticas de promoção de edifícios de muito baixo consumo de energia, da poupança energética e equipamentos supereficientes. O Programa irá contribuir para o trabalho conjunto de desenvolvimento de políticas locais comuns de apoio a todos os atores do mercado das energias renováveis face às inúmeras barreiras que enfrentam, estabelecendo para o efeito quadros de governança relativos à eficiência energética e definindo modelos de formação, identificando competências específicas e promovendo o intercâmbio de conhecimento. A cooperação transnacional irá contribuir igualmente para o desenvolvimento de metodologias comuns relativas à aceitação social (formas de encetar um diálogo com as diferentes categorias de utilizadores e consumidores) e ao envolvimento das comunidades costeiras no âmbito das energias renováveis offshore. A cooperação poderá ainda contribuir para o desenvolvimento de instrumentos orientados para as vertentes social e tecnológica, como aqueles relacionados com o fornecimento de informação dirigida à indústria e aos utilizadores finais, sobre oportunidades de poupança energética e de assistência técnica de ajuda à decisão quanto às opções relativas à eficiência energética.

Como **resultado da cooperação transnacional**, o Programa procura contribuir para melhorar o quadro institucional, técnico e social no sentido de promover condições favoráveis para o setor das energias renováveis e para a adoção de estratégias de eficiência energética, incluindo I&D, transferência de tecnologia, criação de clusters, modelos de demonstração, teste e divulgação de resultados.

#### **b) Descrição de tipos e exemplos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes**

As ações ao abrigo desta prioridade terão como finalidade a promoção do desenvolvimento de condições favoráveis através da cooperação para o setor das energias renováveis locais. Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Desenvolvimento de soluções tecnológicas, jurídicas, educacionais, financeiras e organizacionais no domínio das energias renováveis
- ✓ Identificação da cadeia de valor existente e potencial e dos principais elementos diferenciadores na fileira das energias renováveis
- ✓ Desenvolvimento do mapeamento conjunto das competências comparativamente às necessidades previstas pelos promotores de projetos e fornecedores de tecnologia de energias renováveis
- ✓ Desenvolvimento da cooperação entre os atores privados, públicos e da investigação em toda a cadeia de valor relacionada com a energia (demonstração I&D, viabilidade e planeamento de projetos, fabrico, instalação, operação e manutenção, distribuição, avaliação do impacto ambiental...)
- ✓ Desenvolvimento de redes de clusters sobre energia renováveis (marinhas) no Espaço Atlântico
- ✓ Melhoria da gestão espacial no sentido de aumentar a utilização de energias renováveis offshore e onshore

- ✓ Desenvolvimento de avaliações inter pares e criação de redes de regiões, agências económicas e organizações especializadas no desenvolvimento de energias renováveis para apoiar o cumprimento das atuais estratégias relativas ao baixo carbono
- ✓ Melhoria da coordenação e integração dos sistemas de produção e distribuição dos diferentes tipos de energias renováveis
- ✓ Ações conjuntas para apoiar a integração na rede elétrica das energias renováveis offshore
- ✓ Sensibilização para a importância e oportunidades de negócio das energias renováveis
- ✓ Desenvolvimento de campanhas de informação, comunicação e sensibilização para aumentar a aceitação social das energias renováveis
- ✓ Apoio à capacitação dos consumidores e das comunidades locais (micro geração, contadores inteligentes, etc.)
- ✓ Desenvolvimento de políticas locais e de instrumentos de promoção de edifícios de muito baixo consumo de energia, da poupança energética e de equipamentos supereficientes.

#### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais relacionadas com a energia e os transportes
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Agências de energia regionais e locais
- ✓ Agências ambientais regionais e locais
- ✓ Institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Parques tecnológicos e de ciências
- ✓ Universidades
- ✓ Operadoras de energia públicas e privadas
- ✓ Redes e associações de empresas que operam no domínio das energias renováveis e no setor da eficiência energética
- ✓ Investidores privados e públicos
- ✓ Comunidades locais
- ✓ Organizações de consumidores
- ✓ Associações da sociedade civil que promovem as energias renováveis e a eficiência energética.

Os grupos alvo incluirão os beneficiários diretos, mas também a sociedade civil como um todo que beneficiará das melhorias dos ecossistemas de energia sustentável.

## Objetivo específico 2.2: Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental

### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 2.2
Objetivo específico	Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental
Resultados esperados	<p>A <b>principal mudança pretendida</b> é o reforço do quadro da cooperação para facilitar a sensibilização para a ecoinovação e ecoeficiência, a promoção de empresas e organizações ambientalmente mais eficientes, e a capacidade de resposta à procura de produtos e serviços verdes por parte do mercado e das organizações sociais e do setor público, através do apoio à introdução de uma eficiente conjugação de medidas de política de oferta e procura para estimular a investigação e a inovação orientadas para o crescimento verde.</p> <p>A <b>situação de referência</b> evidencia um equilíbrio frágil afetado por uma série de ameaças resultantes das atividades antrópicas, incluindo as atividades económicas. Qualquer abordagem de minimização destes efeitos permitirá reduzir a pressão ambiental no Espaço Atlântico, contribuindo para reduzir a utilização de recursos, limitar a poluição, otimizar a utilização de serviços de ecossistemas e sensibilizar o público em geral, as comunidades locais e as empresas para a necessidade de fazer um uso eficiente dos recursos da região e do planeta. A promoção do crescimento verde e a ecoinovação é uma forma eficiente de avançar nesta direção ao mesmo tempo contribuir para o crescimento inteligente e sustentável. Há ainda a referir uma procura crescente de produtos e serviços ambientais, uma sólida base de recursos naturais (especialmente os que têm origem no mar), a existência de grupos de investigação consolidados em questões ambientais, a proximidade de centros de conhecimento e o facto de já existirem antecedentes nas políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável do Atlântico. A incerteza que rodeia a procura no mercado, a rentabilidade dos investimentos, o facto dos preços do mercado não refletirem os benefícios e custos ambientais e a rigidez das estruturas económicas são os principais obstáculos.</p> <p>Neste contexto, em que uma série de aspetos condicionam o desenvolvimento de tecnologias amigas do ambiente e a adoção de padrões de produção e de consumo sustentáveis, não é possível apoiar a ecoinovação e a ecoeficiência por uma simples medida de política. O <b>Programa irá contribuir</b> para a promoção de uma conjugação completa de medidas orientadas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores que reduzam os efeitos para o ambiente (ponto de vista dos produtores), mas também irá colocar o acento na aceitação social e cultural da eficiência ambiental como princípio fundamental dos comportamentos de consumo (ponto de vista dos consumidores). O Programa irá promover um trabalho conjunto de apoio à definição de estratégias e políticas locais para a produção e consumo sustentáveis (PCS), a criação e divulgação de ferramentas de informação aos consumidores em questões de ecoeficiência, o desenvolvimento de instrumentos e orientações para facilitar a implementação de iniciativas berço ao berço (<i>cradle to cradle</i>), a construção de tripla hélice de ecoinovação, projetos-piloto e de demonstração, disseminação de</p>

instrumentos de análise de ecoeficiência que permitam às empresas avaliar e melhorar o desempenho ambiental de produtos e serviços e promover a adoção de ferramentas de gestão tal como sistemas de gestão ambiental, gestão do ciclo de vida, *design* para o ambiente e gestão ambiental da cadeia de aprovisionamento.

Em **resultado da cooperação transnacional**, o Programa procurará contribuir para uma melhor orientação dos investimentos para aecoinovação e a promoção de condições favoráveis à redução intensidade de materiais dos bens e serviços e do desperdício, à reciclagem e ao aumento da durabilidade e intensidade de serviço dos bens e serviços, ao reforço da cooperação empresarial neste domínio e à criação de redes de apoio transnacionais e de estruturas de informação e promoção da ecoinovação, ecoeficiência e crescimento verde nas regiões do Espaço Atlântico.

## b) Descrição de exemplos e tipos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes

Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Desenvolvimento de mecanismos de comunicação da informação sobre a necessidade de produtos e serviços ecoinovadores para os atores mais importantes do setor
- ✓ Desenvolvimento da promoção de medidas e de instrumentos para fomentar a adaptação de políticas e comportamentos orientados para o crescimento verde e a ecoinovação
- ✓ Desenvolvimento de políticas, estratégias e planos de sensibilização promovendo um comportamento positivo de ecoinovação
- ✓ Desenvolvimento de ferramentas de gestão como os sistemas de gestão ambiental, gestão do ciclo de vida, *design* para o ambiente e gestão ambiental da cadeia de aprovisionamento
- ✓ Promoção da adoção da agenda 21 no setor privado
- ✓ Desenvolvimento de uma economia circular baseada no princípio cradle to cradle (“berço ao berço”) e na criação de novos produtos ou formas de trabalhar visando o crescimento económico sustentável
- ✓ Desenvolvimento de mecanismos para reduzir a quantidade de recursos (e.g. terra, água, minerais) usados nos processos industriais
- ✓ Desenvolvimento de soluções para reduzir ou reciclar os desperdícios resultantes dos processos industriais ou domésticos
- ✓ Desenvolvimento de ações no sentido de reduzir a utilização de recursos pelas empresas, administrações e organização de grandes eventos, tais como festivais e grandes conferências
- ✓ Desenvolvimento de políticas e estratégias de apoio à ecoinovação para criar procura em produtos e serviços ecoinovadores
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de informação dirigidos aos consumidores sobre indicadores de ecoeficiência e desempenho ambiental de produtos e serviços.

### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais grupos alvo e tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais que tratam de questões relacionadas comecoinovação e eficiência ambiental
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Agência de energia regional e local
- ✓ Agências ambientais regionais e locais
- ✓ Institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Parques da ciência e tecnológicos
- ✓ Universidades
- ✓ Redes de empresas, organizações, associações e câmaras de comércio a operar no setor
- ✓ Investidores privados e públicos
- ✓ Comunidades locais
- ✓ Associações da sociedade civil e ONG
- ✓ “Laboratórios vivos” e Grupos de Utilizadores.

Os grupos alvo irão incluir os beneficiários diretos, bem como a sociedade civil como um todo que passarão a beneficiar das melhorias dos ecossistemas de crescimento verde.

## 2.3 Eixo Prioritário 3 – Fortalecer sistemas de gestão de riscos

O Eixo Prioritário 3 está orientado para dar resposta à necessidade de uma melhor gestão do ambiente, para que tanto as autoridades regionais como as partes interessadas mais importantes estejam mais bem preparadas para enfrentar os efeitos das alterações climáticas, focalizando-se nos riscos potenciais que afetam o território do Espaço Atlântico.

### Objetivo específico 3.1: Fortalecer sistemas de gestão de riscos

#### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 3.1
<b>Objetivo específico</b>	<b>Fortalecer sistemas de gestão de riscos</b>
<b>Resultados esperados</b>	A <b>principal mudança pretendida</b> é reforçar o quadro de cooperação com vista a contribuir para reduzir riscos e respetivo impacto, melhorar a segurança da população e dos ecossistemas, fortalecendo a resiliência e capacidade de planeamento do Espaço Atlântico a nível local e regional na gestão de riscos naturais e climáticos, assim como os riscos decorrentes das atividades humanas e económicas.  Esta mudança positiva será alcançada a partir de uma <b>situação de referência</b> caracterizada por uma fachada litoral Atlântica exposta a diversas ameaças e

pressões, agravada pela dimensão da sua extensa zona costeira e pelos efeitos das alterações climáticas. Além disso, pode observar-se apenas um número limitado de iniciativas regionais de ordem política e de cooperação para enfrentar estes importantes desafios, a capacidade de adaptação difere consoante as regiões da área do programa e nenhuma região está entre as regiões da EU que dispõem da maior capacidade.

O **Programa irá contribuir** para aumentar a capacidade de resposta adequada e coordenada aos potenciais riscos emergentes e produzir e melhorar planos e estratégias de gestão de riscos nos territórios do Atlântico. Será assim promovido o desenvolvimento e melhoria de planos de gestão integrada e de gestão local de riscos, envolvendo várias componentes desde a prevenção à mitigação, vigilância, avaliação, alerta, reporte, planeamento e coordenação dos meios de respostas às ameaças, desenvolvimento, teste e utilização de novos instrumentos de gestão de riscos e desenvolvimento e divulgação de ferramentas de sensibilização dirigidas às comunidades locais sobre os benefícios da prevenção e gestão de riscos.

Em **resultado da cooperação transnacional**, o Programa Espaço Atlântico 2014-2020 contribuirá para melhorar o quadro de cooperação e aumentar o número e aprofundar a qualidade dos planos de ação e estratégias de coordenação para a prevenção e gestão de riscos, decorrentes das várias ameaças relacionadas com as alterações climáticas e as atividades económicas.

#### **b) Descrição de exemplos e tipos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes**

As ações ao abrigo deste objetivo específico terão como finalidade o reforço da capacidade e dos sistemas no Espaço Atlântico de gestão de riscos derivados das alterações climáticas e dos efeitos sobre as atividades económicas. Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Desenvolvimento de ações de prevenção de riscos (controlo ambiental e sistemas de prevenção; ferramentas que servirão para melhorar a governança e a coordenação, gestão de crise e situações de emergência, bem como as respostas; instrumentos para a deteção precoce; dispositivos de alerta precoce; mapeamento; avaliação de riscos...)
- ✓ Coordenação do uso de GMES e sistemas de vigilância no sentido de apoiar as respostas às ameaças e situações de emergência, utilização coordenada da infraestrutura de TI necessária para permitir a partilha de informação e a interoperabilidade entre redes de vigilância nacionais e o ambiente comum de partilha da informação a nível da UE
- ✓ Desenvolvimento de instrumentos de sensibilização relacionados com a prevenção e a gestão de riscos
- ✓ Maior envolvimento da comunidade local nas ações de prevenção dos riscos e ações de recuperação e regeneração
- ✓ Criação de redes recursos técnicos e científicos disponíveis no interior do Espaço Atlântico: produção conjunta de dados sobre a evolução do litoral, no sentido de facilitar a sua avaliação ao longo da costa do Atlântico com base em dados comparativos

- ✓ Desenvolvimento de iniciativas de reforço das capacidades dirigidas para os agentes envolvidos na gestão e prevenção de riscos, divulgação de dados e ferramentas de gestão de riscos
- ✓ Promoção das relações entre estruturas regionais, de observação costeira e oceânica e de segurança marítima e costeira e seus modelos de previsão
- ✓ Desenvolvimento de metodologias para o estudo, procedimento, avaliação e compensação pelos danos relacionados com os riscos.

#### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas e comunidades nacionais, regionais e locais responsáveis pelas questões de riscos
- ✓ Agências do ambiente regionais e locais
- ✓ Universidades, institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Organizações de proteção do ambiente e ONG
- ✓ Comunidades locais
- ✓ Associações da sociedade civil
- ✓ Setores económicos ligados aos riscos e à gestão de riscos.

Os grupos alvo incluirão os beneficiários diretos, mas também a sociedade civil como um todo que beneficiará de melhores estratégias integradas territoriais no âmbito da gestão da prevenção e resistência aos riscos.

## 2.4 Eixo Prioritário 4 – Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais

O Eixo Prioritário 4 será orientado para a necessidade de proteger o ambiente e promover a identidade cultural do Espaço Atlântico como um território de atratividade para as comunidades locais e visitantes. A prioridade será implementada através de dois objetivos específicos; o primeiro objetivo será a promoção da proteção do ambiente e da biodiversidade numa tentativa de assegurar e preservar os ecossistemas naturais entendidos como ativos necessários para o desenvolvimento futuro da região; o segundo objetivo específico está mais orientado para a capitalização direta a partir do património cultural e natural como base de valorização da região e, dessa forma, serem criadas novas fontes de riqueza e o desenvolvimento da atividade económica.

## Objetivo específico 4.1: Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas

### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 4.1
Objetivo específico	Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas
Resultados esperados	<p>A <b>principal mudança pretendida</b> é assegurar uma melhor proteção e preservação da biodiversidade e dos recursos ambientais, através do reforço do quadro de cooperação e numa coordenação mais eficiente dos sistemas de gestão ambiental. Como resultado, as medidas adotadas nas diferentes regiões do Espaço Atlântico serão mais compatíveis. A cooperação irá assim contribuir para melhorar as capacidades de gestão nos territórios ao nível da proteção ambiental, da preservação da biodiversidade e da dinamização dos serviços de ecossistemas.</p> <p>Os efeitos da atual expansão e a diversificação cada vez maior das atividades humanas no contexto de ecossistemas naturais similares ou comuns, em particular os da orla marinha e costeira e a evolução das condições físicas num contexto de alterações climáticas, que constitui a <b>situação de referência</b>, justifica o desenvolvimento de metodologias comuns de vigilância, controlo, aprendizagem e gestão adaptadas a este potencial natural comum.</p> <p>O <b>Programa irá contribuir</b> para alcançar este objetivo de promoção e proteção da biodiversidade e da utilização sustentável dos ecossistemas graças a uma cooperação mais intensiva. Estes elementos servirão de apoio à melhoria da situação de conservação dos habitats naturais e das espécies terrestres, aquáticas e marinhas, contribuindo para por fim à extinção de espécies em perigo e desenvolvimento e valorização de serviços de ecossistemas, incluindo o ambiente marinho. Ajudará ainda a melhorar a aquisição, organização e divulgação de conhecimentos sobre a biodiversidade (apoio à investigação, facilitação, gestão, formação e meios de sensibilização).</p> <p>Em <b>resultado da cooperação transnacional</b>, o Programa Espaço Atlântico 2014-2020 contribuirá para o desenvolvimento sustentável de longo prazo através de uma melhoria da preservação e da utilização humana dos ecossistemas naturais, em especial no que respeita às zonas marinhas, costeiras e bacias hidrográficas, graças ao reforço e/ou alargamento das áreas protegidas. O desenvolvimento de iniciativas no âmbito deste quadro transnacional ajudará a estabelecer uma abordagem ambiental mais integrada, que terá em consideração as questões económicas e sociais na gestão dos recursos e dos espaços naturais.</p>

### b) Descrição de exemplos e tipos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes

As ações implementadas ao abrigo deste objetivo específico poderão vir a ajudar a desenvolver outras ações no âmbito da proteção do ecossistema e da preservação da biodiversidade orientadas para um melhor conhecimento dos habitats e das espécies e para a definição de regras e procedimentos de gestão mais bem adaptados. Exemplos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Ações para identificar, avaliar e desenvolver serviços de ecossistemas e infraestruturas ecológicas



- ✓ Desenvolvimento de iniciativas para preservar e proteger as espécies naturais do Atlântico, as paisagens e os locais de maior interesse natural das regiões do Espaço Atlântico
- ✓ Desenvolvimento de procedimentos de gestão concertados relativamente a espécies emblemáticas ou espécies de elevado valor económico (recursos haliêuticos, espécies migratórias) e combater espécies invasivas
- ✓ Desenvolvimento de ações piloto para testar novas soluções e métodos associados à preservação e reparação dos danos causados à biodiversidade
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas coordenadas com o objetivo de mapear habitats naturais das espécies e do leito do mar
- ✓ Desenvolvimento de métodos de gestão, valorização e avaliação das áreas naturais e dos serviços de ecossistemas fornecidos
- ✓ Desenvolvimento de métodos de controlo de qualidade e melhoria das águas costeiras e interiores
- ✓ Desenvolvimento de ações de recolha e divulgação de dados sobre o ambiente (redes de observatórios do ambiente), elaboração de modelos no sentido de aperfeiçoar as previsões e a gestão do ambiente
- ✓ Desenvolvimento de metodologias comparativas conjuntas para a definição e gestão das áreas ambientais protegidas (considerando as atividades económicas)
- ✓ Avaliação das modalidades de gestão das áreas marinhas/costeiras e do impacto das novas atividades económicas marítimas
- ✓ Desenvolvimento de estratégias concertadas de luta contra o macro desperdício

### c) Grupos alvo e beneficiários

Os principais tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais responsáveis pela proteção da biodiversidade ambiental
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Agências de energia regionais e locais
- ✓ Agências ambientais regionais e locais
- ✓ Institutos de investigação e centros de inovação
- ✓ Parques da Ciência e tecnológicos
- ✓ Universidades
- ✓ Comunidades locais
- ✓ Associações da sociedade civil que promovam a proteção do ambiente

- ✓ Agentes do setor económico relacionados com a exploração sustentável dos recursos naturais e dos serviços de ecossistemas.

Os grupos alvo incluirão os beneficiários diretos, mas também os visitantes e a sociedade civil como um todo que beneficiarão de um ecossistema e um ambiente mais bem protegidos e concertados.

## Objetivo específico 4.2: Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico

### a) Resultados esperados

ID	Objetivo específico 4.2
Objetivo específico	Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico
Resultados esperados	<p>A <b>principal mudança pretendida</b> é reforçar o quadro de cooperação com vista a uma melhor exploração e preservação dos ativos naturais e culturais do Espaço Atlântico, que contribuam para o aumento do carácter atrativo desta região permitindo-lhe captar novos visitantes e gerar novos produtos e serviços que concorram para o desenvolvimento de atividades económicas, para a criação de novos empregos a nível local, fixar e atrair pessoas e criar sinergias que contribuam para o bem-estar social e progresso das populações.</p> <p>Tendo por base a <b>situação de referência</b> dos ativos chave da região (paisagens naturais bem preservadas e de qualidade, biodiversidade rica e um património cultural importante, com aproximadamente 30 sítios pertencentes ao património mundial da UNESCO confrontados com pressões de ordem natural, mudanças climáticas, demográficas, económicas e urbanas), o principal desafio será o de valorizar este elemento da identidade do Espaço Atlântico no incremento da sua atratividade e potencial de desenvolvimento económico.</p> <p>O <b>Programa contribuirá</b> para o enquadramento do intercâmbio e interação das comunidades locais e autoridades e organizações envolvidas na proteção e promoção do património natural e cultural, no desenvolvimento de estratégias conjuntas e de ferramentas e modelos comuns. Serão concebidas ações conjuntas de promoção e desenvolvimento dos territórios do Atlântico e das paisagens naturais (ambiente marinho e costeiro, geoparques, recursos florestais, áreas verdes, vias navegáveis interiores, etc...), bem como do património cultural (tradição, história, gastronomia, indústrias culturais...) e da identidade com potencial de impacto económico e social nas comunidades locais. Serão promovidas estratégias comuns, no sentido de dirigir a exploração do património cultural e natural para produtos e serviços de maior valor acrescentado, designadamente o turismo. O Programa irá ainda facilitar a valorização das atividades e dos setores económicos e produtivos tradicionais locais e aumentar o retorno económico das atividades económicas de ordem cultural e ambiental.</p> <p>Em <b>resultado da cooperação transnacional</b>, o Programa Espaço Atlântico 2014-2020 contribuirá para a valorização e capitalização dos seus vastos ativos naturais e culturais e criar novas fontes de riqueza. Aumentar a atração dos territórios irá contribuir para gerar mais visitas e entradas de turistas que visitam o Espaço Atlântico, desenvolver novas atividades económicas locais, criar empregos e aumentar o bem-estar dos cidadãos.</p>

**b) Descrição de exemplos de tipos de ações e contribuição esperada para os objetivos específicos correspondentes**

As ações a ser implementadas ao abrigo desta prioridade terão como objetivo uma melhor exploração do património ambiental e cultural do Espaço Atlântico, no sentido de aumentar a atração desta região e contribuir para atrair novos visitantes, desenvolver novos produtos e serviços e desenvolver a atividade económica e criar empregos.

Exemplos de tipos de ações a apoiar incluem:

- ✓ Desenvolvimento de estratégias, políticas e iniciativas comuns para capitalizar o património cultural e natural do Atlântico por parte das instituições públicas, empresas, ONG e população local e assim transformar os recursos naturais e o património cultural num marco inequívoco do Espaço Atlântico, com vista a criar novos produtos, específicos, serviços e instrumentos com um impacto económico a nível local e regional
- ✓ Desenvolvimento de ações conjuntas no sentido de preservar o património cultural
- ✓ Desenvolvimento de atividades culturais e eventos
- ✓ Desenvolvimento das indústrias turismo cultural
- ✓ Aumento da competitividade das pequenas e médias empresas culturais
- ✓ Desenvolvimento de estratégias de marketing e de promoção de atividades culturais
- ✓ Acrescentar valor às atrações culturais e património turístico existente
- ✓ Encorajar os efeitos de arrastamento entre a criatividade de índole cultural e outros setores
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas conjuntas para promover uma identidade transnacional a partir do património cultural do Atlântico como um ativo para atrair novos visitantes e desenvolver a atividade económica e criar novos empregos
- ✓ Desenvolvimento do setor das indústrias criativas e artesanais no Espaço Atlântico
- ✓ Melhoria do carácter atrativo das atividades económicas e produtivas tradicionais, empregos e serviços como forma de aumentar o seu valor económico, atrair novos visitantes e desenvolver a atividade económica e criar novos empregos
- ✓ Desenvolvimento e promoção de nichos de atração turísticas, designadamente as zonas litorais, desportos náuticos, cruzeiros, as zonas rurais e quintas, a gastronomia, setor do bem-estar, cultura, peregrinações e eventos religiosos e turismo de negócios
- ✓ Desenvolvimento de atividades náuticas, desportos náuticos (desenvolvimento integrado do setor náutico, promoção do crescimento das atividades económicas nas áreas costeiras, criação de emprego, integração social e preservação das áreas do litoral)
- ✓ Desenvolvimento de instrumentos gestão e intercâmbio de conhecimento no domínio da valorização de zonas protegidas

#### d) Grupos alvo e beneficiários

Os principais grupos alvo e tipos de beneficiários serão:

- ✓ Autoridades públicas nacionais, regionais e locais responsáveis pela gestão, exploração e promoção das áreas naturais e/ou património cultural
- ✓ Agências de desenvolvimento regionais e locais
- ✓ Agências do ambiente regionais e locais
- ✓ Agências regionais e locais de turismo
- ✓ Redes de empresas e associações empresariais
- ✓ Câmaras do comércio
- ✓ Comunidades locais
- ✓ Associações da sociedade civil de promoção do património natural e cultural.

Os grupos alvo irão incluir os beneficiários diretos, bem como os visitantes e a sociedade civil como um todo, que tirarão partido de um território atlântico mais atraente e mais bem colocado no sentido de captar visitantes e desenvolver a atividade económica e criar novos empregos.